



PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 041/2021 – CCI/PMSAT

ASSUNTO: ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, DERIVADA DO PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 014/2021-SEMOUT, MUNICÍPIO DE CURUÇÁ, CELEBRADO COM A EMPRESA CONSTRUTORA CONSTRUFORT EIRELI – EPP - CNPJ: 11.402.701/0001-73, OBJETIVANDO FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM E CAPINAÇÃO NAS ÁREAS EXTERNAS DAS ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS DAS AVENIDAS, VIAS E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS LOCALIZADOS NOS PERÍMETROS URBANOS E RURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO TAUÁ.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10110022021-CPL/PMSAT
ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

I – DO RELATÓRIO

Em atendimento a solicitação do órgão gerenciador, requerendo manifestação desta Controladoria, visando à elaboração de parecer sobre a formalização de processo licitatório, com respectiva análise dos atos administrativos até aqui promovidos pelos órgãos pertinentes.

Trata o referido processo em análise de procedimento licitatório realizado na modalidade **Pregão Eletrônico nº. 014/2021-SEMOUT**, originário do município de Curuçá. A municipalidade aderiu a **Ata de Registro de Preço**, para contratação de empresa **objetivando futura contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de roçagem e capinação nas áreas externas das escolas, postos de saúde, praças, canteiros centrais das avenidas, vias e outros espaços públicos localizados nos perímetros urbanos e rurais do Município de Santo Antonio Tauá.**

A contratação foi solicitada pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, motivada pela necessidade de atendimento as demandas decorrentes dos diversos setores que compõem a esfera municipal, para garantir o bom funcionamento das vias públicas obrigações da municipalidade.



Com fundamentado nos princípios da eficiência e continuidade da administração pública, e na emergência dos mesmos, a adesão a Ata de Preço se justifica pela necessidade de manutenção da limpeza e higienização das vias públicas.

II – DA PRELIMINAR

Em observância aos Artigos 31e 74 da Constituição Federal de 1988, no que estabelece o art. 1º da Lei Municipal nº 336/2006 que instituiu o Sistema de Controle Interno, e nos termos artigo 11 da Resolução 11.410/TCM, de 25 de fevereiro de 2014. As quais determinam as competências do Sistema de Controle Interno na Administração Pública Municipal, com fundamental mecanismo de controle que possibilitem informar à sociedade que as leis, normas e políticas vigentes estão sendo observadas, para atingir os resultados favoráveis a garantia da efetividade, economicidade e clareza na prestação dos serviços públicos, referentes ao exercício prévio e concomitante dos atos de gestão.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO

O procedimento foi realizado objetivando a aquisição de material gráfico para atender a demanda da Secretárias Municipal de Obras e Urbanismo do município de Santo Antônio do Tauá, com Adesão **Ata de Registro de Preço**, derivado do **Pregão Eletrônico – 014/2021- SEMOUT, do município de Curuçá**, conforme previsão do artigo 15, da Lei nº 8.666/93, que prevê a contratação de bens e serviços por meio de sistema de preço, o referido artigo foi regulamentado pelo Decreto nº 7.892/2013, no art. 22, prevê a possibilidade de órgão ou entidade da Administração que não tenham participado do certame licitatório utilizarem-se de Ata de Registro de Preço elaborada por órgão da Administração Pública, essa modalidade é denominada Adesão de Ata de Registro de Preço:

O dispositivo mencionado preceitua, "*in verbis*";

Art. 22. **Desde que devidamente justificada a vantagem**, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º. **Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços**, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão



gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Neste sentido, destacamos o novo Decreto nº 9.488/2018, o qual provocou mudanças no SRP, especialmente quanto aos limites para Adesão às Atas. Passou a entender-se que o limite para a Aquisição em tela será possível mediante autorização, desde que não ultrapasse o montante de **50% (cinquenta por cento)**, conforme preconiza art. 22 do Decreto nº 7.892/ 2013. Vejamos.

Art. 1º O Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.....

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, **a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.**

IV – DO PROCEDIMENTO

Observamos que o processo encontra-se instruído com os documentos necessários para vinculação ao pedido de formalização da Adesão a **Ata de Registro de Preço**, derivado do **Pregão Eletrônico nº. 014-2021-SEMOUT**, firmado com a empresa **CONSTRUTORA CONSTRUFORT EIRELI – EPP - CNPJ: 11.402.701/0001-73**. O procedimento veio instruído com os seguintes documentos:

- I- Solicitação da Secretaria Municipal de Administração, para Adesão Ata de Registro de Preço;
- II- Ofício nº. 23/2021-GP-PMSAT, ao Município de Curuçá, solicitando autorização para a Adesão a Ata de Registro de Preço;
- III- Ofício nº. 202/2021-GP, do Município de Curuçá, autorizando a adesão.
- IV- Documentação do procedimento do Pregão Eletrônico nº. 014-2021-SEMOUT;
- V- Autorização;
- VI- Autuação;



- VII- Portaria de nomeação nº. 162/2021-GP/PMSAT, e certidão de afixação;
- VIII- Solicitação de cotação e protocolo de recebimento;
- IX- Cotação de preços/Propostas/Mapa de preços;
- X- Despacho de solicitação aferição disponibilidade orçamentária;
- XI- Despacho de certificação de dotação orçamentária existente;
- XII- Declaração de adequação orçamentária e financeira;
- XIII- Minuta do Contrato Administrativo;
- XIV- Justificativa para a Adesão à ata de registro de preços;
- XV- Parecer jurídico nº. 095/2021-PGM;
- XVI- Convocação para celebração do contrato
- XVII- Contratos Administrativos;
- XVIII- Portaria nº. 200/2021-PG, nomeação dos fiscais de contratos.
- XIX- Extrato do contrato e publicações na imprensa de grande circulação;

Por fim, considerando os procedimentos já adotados, para a formalização da **Adesão de Ata de Registro de Preços**, derivado do **Pregão Eletrônico nº. 014/2021-SEMOUT, do município de Curuçá**, na qual a municipalidade aderiu, objetivando a contratação de serviços de roçagem e capinação nos perímetros urbanos e rurais do município de Santo Antônio do Tauá-PA.

Dessa forma, demonstraram observância aos Princípios que regem as licitações e também aqueles basilares a Administração Pública, condizem com os preceitos legais previstos no do artigo 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº. 7.892/2013, e alterações dos Decretos nº. 8.230/2014, e Decreto nº. 9.488/2018.

V – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, feita a análise dos autos, esta Controladoria Municipal chega à conclusão de que, o procedimento em comento estar revestido das formalidades legais para o prosseguimento, devendo ser finalizado com os procedimentos regulares. Ressaltando que a opinião não elide e nem respalda irregularidades não detectadas na análise desta controladoria.

É o parecer.

Santo Antônio do Tauá-PA, 14 de dezembro de 2021.

ADRIANE COSTA SILVA

Coordenadora do Controle Interna
Portaria nº. 151/2021-GP